

Sistema Penal & Violência

Revista Eletrônica da Faculdade de Direito
Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Porto Alegre • Volume 7 – Número 2 – p. 126-136 – julho-dezembro 2015

A pacificação e suas tramas

Conflitos em torno da construção de normas sociais
em duas favelas cariocas

The pacification and his plots

Conflicts about the construction of social norms in two favelas from Rio de Janeiro

RODRIGO DE ARAÚJO MONTEIRO

DOSSIÊ

CRIME, POLÍCIA E JUSTIÇA NO BRASIL

Editor-Chefe
JOSÉ CARLOS MOREIRA DA SILVA FILHO

Organização de
RENATO SÉRGIO DE LIMA
RODRIGO GHIRINGHELLI DE AZEVEDO



A pacificação e suas tramas

Conflitos em torno da construção de normas sociais em duas favelas cariocas

The pacification and his plots

Conflicts about the construction of social norms in two favelas from Rio de Janeiro

RODRIGO DE ARAUJO MONTEIRO^a

Resumo

A partir da sociologia figuracional de Norbert Elias, onde o conflito e o poder estão presentes em todas as relações sociais e onde cada grupo ou indivíduo possui uma fração de poder, buscarei explorar nesse artigo as relações de dominação, poder e as tensões entre moradores, policiais e traficantes em duas favelas do Rio de Janeiro com Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) onde realizei pesquisa de campo. Dessa forma, entendo o crescimento da tensão entre policiais e moradores também como disputas pela internalização de normas e elaboração de regras que constituem a vida social nas favelas. O crescimento da tensão entre policiais e traficantes tem levado ao questionamento da autoridade policial, sua legitimidade e aquiescência. Tais fatores ratificam a ideia de favelas como espaços segmentados e marcados por intensas disputas de poder político, econômico e simbólico. Personagens chaves nesses cenários são: lideranças comunitárias, gestores de políticas públicas locais, comerciantes, policiais e traficantes.

Palavras-chave: políticas de segurança pública; conflitos; violência urbana; Unidades de Polícia Pacificadora; sociologia figuracional.

Abstract

From the figurational sociology of Norbert Elias, where conflict and power are inherent in all social relations and where each group or individual has a fraction of power, I will seek to explore in this article the relations of power, domination and tensions between residents, police and traffickers in two favelas of Rio de Janeiro with Pacifying Police Units (UPPs). Thus, I see the growing tension between police and residents as well as disputes over the standardization and development of rules of social life in the slums. The growing tension between police and traffickers has led to questioning of police authority, legitimacy and acquiescence. These factors confirm the idea of slums as targeted spaces and marked by intense disputes of political, economic and symbolic power. Key characters in these scenarios are: community leaders, managers of local public policies, traders, police and traffickers.

Keywords: public safety; conflict; urban violence; Police Pacification Units; figurational sociology.

^a Graduado em Ciências Sociais (UFRJ – 1997). Mestre em Ciências Sociais (2001). Doutor em Saúde Coletiva (2009). Professor Adjunto de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes. <rodearmo@yahoo.com.br>

Violência e disputas em algumas favelas ocupadas por Unidades de Polícia Pacificadora

Dois momentos compõem esse texto: no primeiro, apresento uma breve discussão de possíveis elementos presentes nos processos de formação e formulação da política das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), pensando em motivações locais e globais para sua implementação e execução. Na segunda parte, apresento alguns dados de pesquisa qualitativa em duas favelas do Rio de Janeiro, quais sejam: Complexo do Alemão e Coroa-Fallet-Fogueteiro. Tento entender os processos sociais em curso no interior das favelas a partir da sociologia figuracional de Norbert Elias (2008). Ou seja, pensar como a esse modelo de análise sociológica ajuda a entender os processos em curso em algumas favelas cariocas.

As UPPs e suas dinâmicas

O domínio armado de quadrilhas de traficantes em favelas cariocas se tornou aspecto controverso na vida social da cidade, bem como continua a promover rico e infinito debate nas ciências sociais.

O fenômeno da violência urbana muito associada à criminalidade violenta que se verificou no Rio de Janeiro e em outras cidades do Brasil produziu interpretações sociológicas que apontaram diversas explicações. Entre as mais mobilizadas para esse debate, estão as que construíram conceitos consagrados nas ciências sociais, tais como: ‘mercadoria política’ (MISSE, 2011, p. 23), ‘etos guerreiro’ e ‘hipermasculinidade’ (ZALUAR, 2004, p. 366) e ‘sociabilidade violenta’ (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 55). Em geral e com todas as ressalvas das diferentes construções teórico-metodológicas, esses autores apontam para a desarticulação da vida social promovida durante a ditadura militar, a entrada do Brasil no circuito do tráfico internacional de drogas (em especial a cocaína), a alta repressão às drogas ilegais, bem como a incapacidade de produzir políticas de segurança condizentes com uma sociedade, formalmente, democrática. Tal contexto ajudou a consolidar um conjunto de práticas sociais que levou tais autores à produção e consolidação de conceitos que tentam interpretar essa realidade.

O intuito de entender por quais razões tantos homens jovens e (sobretudo negros) morrem violentamente nas grandes cidades brasileiras promoveu a necessidade de superar explicações sociológicas que apontassem apenas para a pobreza e a desigualdade como causas únicas da violência.

A política de segurança que se consolidou no estado do Rio de Janeiro com hegemonia e com largo apoio de segmentos sociais a partir dos anos 1980¹ foi a de promover intervenções pontuais em favelas que se encontrassem em situação de confrontos violentos entre quadrilhas de traficantes, milicianos e ações policiais. Outra prática que ainda segue com forte apoio em diversos segmentos sociais é a de execuções extrajudiciais de jovens associados a práticas ilegais e ilícitas. Tal lógica de guerra levou também a elevada quantidade de policiais mortos (em atividade ou não).

Todavia, paralelamente a práticas e políticas que ratificam e orientam as instituições policiais para lógicas de guerra e de combate ao “inimigo interno”, o Rio de Janeiro também experimentou, com menor intensidade, políticas de policiamento de proximidade ou comunitário, trazidas com caráter pontual nos anos 1990.

O discurso e orientações a favor de um policiamento de tipo comunitário e de uma polícia orientada para os direitos humanos chegam à Polícia Militar do Rio de Janeiro pelo coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira (ALBERNAZ, CARUSO E PATRÍCIO, 2007, p. 40) e são parte do cenário que comporá o Grupamento de Aplicação Prática Escolar (GAPE), realizado no Morro da Providência, experiência que ocorreu durante os anos 1990. Em 2000, o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE) se torna uma experiência

¹ No que pese toda a oposição a essa prática feita oficialmente pelo governo Brizola entre 1983-1986.

mais sólida, embora descontinuada, inicialmente implantado nas favelas do Pavão-Pavãozinho-Cantagalo e depois replicado na cidade de Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro.

Próxima de completar sete anos desde a primeira inauguração e inicialmente apresentadas como solução que colocaria fim ao domínio armado dos comandos de traficantes em favelas do Rio de Janeiro, as UPPs, deixam amplo espaço para reflexão sociológica e política sobre as relações entre Estado e sociedade.

As UPPs estão presentes na cena, no cotidiano e nos imaginários da cidade do Rio de Janeiro desde 2008, como parte do setor com maior investimento do governo do estado do Rio de Janeiro, superando inclusive os investimentos em saúde e educação².

Tem sido possível observar, ao longo desses anos, que sua continuidade e expansão pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro não obedeceu a apenas uma lógica, mas resulta de demandas políticas, eventos simbólicos e, inclusive, estratégia da Secretaria de Segurança Pública. A lógica de expansão também se orientou por pressões político-eleitorais, pois algumas UPPs são fruto de pressões de políticos locais e também de fortes pressões exercidas pelos meios de comunicação.

Nesse sentido, se as UPPs começam por ocupar favelas na Zona Sul, Centro e parte da Zona Norte do Rio de Janeiro, em seguida, elas se expandem por favelas dos subúrbios nas zonas norte e oeste, e também na região metropolitana, como Duque de Caxias.

Ao observarmos a história da criação de algumas UPPs é possível obter pistas da forma como cada UPP passa a ser essencial para compor esse mosaico. Cidade de Deus e Batan, por exemplo, são as primeiras unidades criadas na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. No caso da UPP Cidade de Deus, o comandante do Batalhão local teve papel decisivo na sua criação, já no caso da UPP Batan, sua criação está relacionada a evento com sequestro de jornalistas de O Dia por milicianos que então dominavam essa favela. A própria ocupação do Complexo do Alemão (inicialmente por forças do Exército) também teve começo por conta de uma sequência de incidentes ocorridos na cidade e atribuídos ao Comando Vermelho, facção criminosa que controlava a região à época.

As UPPs representam uma inédita política pública de policiamento no Rio de Janeiro, devido à sua amplitude, às articulações envolvendo os três níveis de governo (federal, estadual e municipal), à articulação com o setor privado, por promover uma ocupação permanente nas favelas com policiais que são, em sua maioria, recém-formados e pelo impacto que estas tiveram na vida da cidade. Isso não significa, no entanto, que esse processo seja construído com total consentimento e comprometimento das instituições de segurança do estado do Rio de Janeiro. As tensões com segmentos da Polícia Civil bem como os conflitos internos da própria Polícia Militar do Rio de Janeiro são fatos que irão compor, sobremaneira, o cenário e o processo da política de “pacificação”.

Nos dez últimos anos, a tentativa dos governos federal, estadual e municipal, de setores da sociedade e do empresariado em “recuperar” a cidade do Rio de Janeiro e recolocá-la no cenário global como cidade de eventos também ajuda a entender os investimentos desses segmentos nas UPPs. A derrocada do Rio de Janeiro para São Paulo, provavelmente motivada pela elevada violência urbana nas décadas de 1980 e 1990, é registrada por Sassen (2006, p. 8). Para a autora, na atual economia global, o posicionamento da cidade e sua capacidade de se produzir e se oferecer globalmente torna as cidades dentro de um próprio país em competição, mesmo que haja especificidades entre elas. Ou seja, a autora não vê a globalização como promotora de desterritorialização, mas cada cidade contribuiria com a globalização a partir de uma especificidade. A autora também sinaliza que a disputa entre cidades do mesmo país ocorre também entre Mumbai e Nova Déli, Sydney e Melbourne,

² Segundo o Tribunal de Contas do Estado, os gastos com Segurança Pública somaram R\$ 7,6 bilhões, contra R\$ 6,2 bilhões em Educação e R\$ 5 bilhões em Saúde: <<http://oglobo.globo.com/rio/tce-aprova-contas-de-gestao-do-governo-sergio-cabral-referentes-ao-ano-de-2014-16288206>>

Montreal e Toronto. Some-se ao processo de derrocada da cidade do Rio de Janeiro, o esvaziamento econômico provocado pela corrida de indústrias e sedes de setores de finanças e serviços para São Paulo, um processo também de desmetropolização, ocorrido no estado do Rio de Janeiro, com a ida de indústrias e serviços para cidades do interior do estado. Além de um processo de desindustrialização que transformou algumas fábricas em importantes shoppings centers.

A hospedagem de grandes eventos internacionais, como Jornada Mundial da Juventude, Jogos Olímpicos de 2016, Final da Copa de 2014 estariam dentro dessa estratégia da cidade do Rio de Janeiro. Para garantir a retomada e o reposicionamento da cidade do Rio de Janeiro, seria preciso também dar garantias de um efetivo combate à violência, com redução de índices de homicídio e criminalidade violenta, ainda que por razões externas à cidade e sem tratar de reformas estruturais nas instituições de segurança.

Somam-se a tais processos, aspectos com menor apelo de marketing, como forte valorização imobiliária, remoções de moradores de favelas (em geral com acusações de movimentos sociais e partidos políticos de que tais remoções representam tão somente especulação imobiliária e expulsão de moradores). Destaque-se que remoções e desapropriações estão em curso, na maior parte dos casos, em favelas da Zona Sul da cidade, ocorrendo da mesma maneira em favelas da Zona Norte e dos subúrbios. Com especial atenção para albergues e pequenos hotéis, sobretudo nas favelas ‘pacificadas’ da Zona Sul remetem também a questões polêmicas como gentrificação (aburguesamento de determinados espaços da cidade) e remoção branca. Tais fatos são citados até mesmo pelo geógrafo David Harvey (2014, p. 56), em seu livro *Cidades rebeldes*.

Como causa e efeito desse processo, observe-se o papel do mercado imobiliário na economia urbana de grandes cidades brasileiras como Rio de Janeiro e Salvador, onde Gledhill (2012, p. 527) também sinaliza para a relação da especulação imobiliária com as “Bases de Segurança Comunitárias”, espécie de UPP sotropolitana.

No cenário local, deve-se registrar também a desarticulação de demais políticas públicas responsáveis por demandas na educação, saúde, esportes e lazer, transportes, entre outras. Durante os primeiros meses do ano de 2015, por exemplo, até mesmo projetos socioesportivos de algumas favelas ‘pacificadas’ estavam sem atividades por não pagamentos a funcionários e professores de tais empreendimentos.

Construção de normas e as regras da vida social: alguns conflitos.

Se durante os primeiros anos da ocupação militar-policial no Complexo do Alemão era possível ouvir moradores afirmando como um de principais méritos das UPPs a redução dos constantes tiroteios e a retomada do direito de ir e vir, tais falas se tornaram cada vez mais escassas e reduzidas à referência a um passado próximo, ou a uma idealização de outro momento em que o Complexo do Alemão era dominado pelo Comando Vermelho.

O divisor de águas na percepção dos moradores sobre as UPPs ocorreu a partir do segundo semestre de 2013. O desgaste da política de pacificação, por conflitos internos e externos, o próprio desempenho da polícia nas manifestações de 2013, a instalação de uma delegacia no Complexo do Alemão, o desaparecimento do pedreiro Amarildo de Souza podem ajudar a explicar as razões do descrédito e da perda de legitimidade policial no Complexo do Alemão e em outras favelas, como o complexo Coroa-Fallet-Fogueteiro.

Se há o reconhecimento de que os primeiros anos da UPP viabilizaram o direito de ir e vir a moradores de outras áreas da cidade às favelas ‘pacificadas’ e impactou na redução dos constantes tiroteios, também é quase consenso entre os moradores a fala de que a UPP não viabilizou o que um morador chamou de ‘direito de conviver dentro da favela’.

Um dos pontos de maior tensão nas relações entre policiais e moradores está na gerência e normatização das atividades cotidianas da vida social na favela. Chamo de vida social na favela a um conjunto diversificado

de práticas sociais, ricas em tensões e alteridade, mas sendo essas práticas profundamente marcadas pela forma como os moradores e frequentadores das favelas se apropriam do espaço composto por becos, vielas, ruas e casas, casebres e barracos. Isso também marca a opção de não entender as favelas como comunidades, uma vez que as favelas são espaços de diversidade, tensão, segmentação social e fortes disputas por seus moradores e frequentadores.

É nesse contexto que se coloca a tensão sobre como se constroem normas pertinentes às práticas, ritos e à cultura pública das favelas, em como se pensa e quem se apropria da dinâmica econômica, e como as políticas públicas e organizações sociais (associações de moradores, movimentos sociais, coletivos, organizações não governamentais, igrejas, entre outros) se posicionam ou se reposicionam diante de disputas de poder, de controle e das tensões operantes no interior de uma favela.

Entre as atividades da vida social mais nevrálgicas e simbólicas das favelas cariocas está a atividade de mototaxistas. Atividade responsável por transportar moradores para trajetos mais curtos ou mais longos, geradora de renda para seus próprios moradores, sintoma e efeito da precarização das condições de vida e de moradia, tal atividade representa também importante movimentação financeira. O controle dessa atividade também pode significar disciplinar condutas e práticas sociais que em última análise significam dizer como se comportar na moto, impor o uso de capacetes e uniformes de identificação, determinar as formas de direção em ruas, vielas e becos, e dizer como deve ser o comportamento em público dos mototaxistas. Ou seja, não está em disputa apenas a atividade de mototaxistas enquanto atividade econômica e laboral, mas a disputa e o conflito também dizem respeito ao controle do comportamento e a internalização de regras e valores.

A fala de um comandante de UPP a esse respeito é ilustrativa dessa tensão:

A prefeitura ainda não resolveu o que fazer com o mototaxi. Mas eu não posso esperar isso. Eu mesmo vou passar a tomar atitudes com relação a isso, cadastrando os mototaxistas e orientando-os para a conduta legalizada aqui dentro, pois esse é um meio de transporte necessário para a comunidade e que não pode ser interrompido para não ganhar a antipatia da comunidade. Mas eles não podem trabalhar de qualquer jeito, mas tem que trabalhar dentro da legalidade. E como as UPPs já têm curso aqui para motofretistas, a gente vai colocar aqui para eles terem esse curso e acertar essa relação. Eles não tinham cadastro, vão passar a ter e vamos mostrar a ele como ele conduz e a dar uma linha de ação para ele, sempre numa relação aberta, educada, mas sempre numa relação legal.

A relação estabelecida nem era aberta, nem tampouco plural na percepção dos mototaxistas ouvidos. Para eles, era associada com o que se chama de prática do “esculacho”³, especialmente por parte dos praças das UPPs e que consiste em: agressões públicas, sejam elas verbais e/ou físicas, revistas públicas humilhantes e apreensões irregulares de suas motos. Alguns mototaxistas relataram, inclusive, ser alvo de constantes vistorias e checagem de documentação, numa tentativa, segundo eles, de intimidar e direcionar as ações de fiscalização, deixando claro que suspeitavam, pelos mais variados motivos, que determinados mototaxistas servissem ao tráfico de drogas. Era comum ouvir relatos durante o trabalho de campo, em tom de quase lamúria. Tais práticas policiais também podem ser entendidas como tentativa de criminalização de mototaxistas ao serem associados aos traficantes.

Em determinado momento, já afastado do campo, fui avisado por mototaxistas, em uma rede social que um grupo de policiais de uma determinada favela ‘pacificada’ estava ‘tomando’ o ponto deles, mototaxistas. As

³ O esculacho é uma prática onde se humilha publicamente outra pessoa.

fotos e os relatos mostravam carros da UPP e policiais militares ocupando o ponto. Segundo os mototaxistas, nenhuma alegação oficial teria sido dada para que o ponto fosse ‘tomado’. O ponto de mototaxi em questão era um espaço construído, por eles próprios, para servir de abrigo de chuvas e do forte calor, com até mesmo uma televisão para assistirem enquanto esperavam passageiros. O ponto também serve como referência para moradores e transeuntes que encontram ali o local certo para fazer o deslocamento pela favela ou pela cidade com os mototaxistas. Também funcionava como espaço para achados e perdidos dos passageiros, além de espaço de sociabilidade por promover encontros e trocas.

No conjunto de favelas Coroa/Fallet/Fogueteiro a tensão de policiais da UPP com mototaxistas não é tanto pela regulação da atividade. Segundo moradores entrevistados, a repressão policial a essa atividade se daria em momentos de maior tensão entre policiais e traficantes, o que significa também criminalizar mototaxistas que seriam acusados de “trabalhar para o tráfico”.

No caso dos mototaxistas e dos comandos de UPPs, as dadas figurações de Norbert Elias ficam amplamente marcadas por eixos de tensão que envolvem não apenas esses dois grupos, mas usuários, pesquisadores (uma vez que eu mesmo fui avisado do conflito), moradores, fornecedores e aqueles que eram beneficiados pela cobrança de diária dos mototaxistas antes da instalação das UPPs.

De acordo com uma leitura da sociologia eliasiana, não se poderia determinar que um ou outro grupo seja dominado ou dominante. Ambos possuem relações e disposições que podem interferir na balança de poder, entretanto, não se pode negar que um grupo tenha mais poder que o outro, no caso os policiais das UPPs possuem mais frações de poder do que os mototaxistas, uma vez que a eles é conferido até mesmo o poder de recolher a moto, além de serem representantes oficiais do estado, investidos de poder legal, e portanto, do “uso legítimo” da força. Entretanto, o próprio comandante entrevistado reconhece que a paralisação das atividades de mototaxistas na favela em questão traria desconforto para os moradores, e, portanto, perda de prestígio e poder, para a sua gestão, apontando para a teia de relações e seus eixos de tensão que mostra toda uma trama com diversos atores com múltiplos interesses envolvidos.

Nota-se, nesse caso, a tentativa de internalização de normas, a fração de poder de cada grupo e a interdependência entre os indivíduos, constituem características definidoras do que Elias entende como figuração, ou seja, as teias de relações socialmente orientadas.

Outro espaço de severa disputa entre policiais e parcela de moradores, especialmente parte da juventude e dos interessados economicamente na realização de eventos de lazer, são os bailes funk.

Os bailes funk são reveladores de disputas e de conflitos, uma vez que os bailes passaram a precisar de ‘autorização’ conferida pela Polícia Militar na pessoa do comandante local da UPP para a sua realização, segundo ato oficial conhecido como Resolução SESEG 013 de 2007, revogada em 2013⁴, e que até o momento não havia sido substituída ou caminhado para uma nova regulamentação. Essa resolução determinava que eventos festivos só poderiam ser realizados com o cumprimento de uma série de requisitos por parte dos organizadores.

A questão do baile também revela uma imensa complexidade e uma série de emaranhadas relações, não podendo ser entendida à luz do simples confronto entre parcela de policiais e parcela de jovens moradores de favelas, embora ambos sejam partes integrantes da questão.

Há tensões referentes aos bailes entre parte dos próprios moradores que os consideravam demasiado prolongados, com alta poluição sonora e causador de pequenos distúrbios. Para outros moradores, no entanto, que também afirmam não frequentar o baile, tais eventos eram a garantia de segurança para os filhos moradores

⁴ <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/08/cabral-anuncia-fim-de-resolucao-que-impedia-baile-funk-em-favelas-do-rio.html>>

da favela onde o baile se realizava. Isso por que, para esses moradores, a realização do baile na favela significava que seu filho poderia ir e voltar para casa sem a necessidade de circular por outras favelas ou por ruas potencialmente violentas da cidade formal.

A emaranhada teia que se forma quando começamos a tratar da questão dos bailes funk envolve também comerciantes que forneciam bebidas e alimentos, donos de fábricas de gelo que passam a ter menor demanda em função da não ocorrência das festas, bem como das equipes que faziam os shows e das que vendiam ou alugavam equipamentos para os eventos. Por outro lado, funcionários e gestores de postos de saúde e emergências médicas se diziam aliviados com o fim (ou diminuição) dos bailes.

Além desses grupos, também nota-se forte pressão por uma parcela dos jovens que passam a não ter mais ofertas de lazer nos finais de semana em suas próprias favelas. Sendo levados a, segundo eles, buscar tais atividades em favelas não pacificadas, em favelas que possuam comandantes que autorizem tais eventos ou a promover festas e bailes dentro de pequenos arranjos e particularidades locais.

Moradores relataram que tiveram festas de aniversário de seus filhos interrompidas por policiais das UPPs. Tais atitudes eram justificadas por policiais que alegavam ter recebido denúncias de outros moradores. Esse eixo de tensão é talvez o mais simbólico dentro dessa figuração: moradores de favelas habituados a suas corriqueiras atividades sendo levados a justificá-las ou legalizá-las perante policiais recentemente inseridos nas favelas para que possam exercê-las. Eixo de tensão e também um dos maiores pontos de enfraquecimento da legitimidade policial na favela, uma vez que atinge não apenas os ditos ‘marginais’, mas aquele que se dispõe a realizar uma festa ou evento, passando a lutar por sua não marginalização. Considere-se que possa haver seletividade por parte dos eventos que serão proibidos pelos policiais em função da relação com o morador ou o grupo que o promovia.

Aqui também se encontra outro espaço por disputas e por tentativa de internalização de normas, percebida na interdependência e que se reveste num processo com ‘resultados’ não planejados, além de disputas econômicas pelo controle do baile que envolvem fornecedores das bebidas, dos equipamentos, dos profissionais de som, além de moradores mais interessados no tema pelo aspecto da convivência local. Tratam-se de tentativas de disciplinar as práticas de lazer, fazendo internalizar normas, valores e regras.

A questão do domínio territorial também configura retrocesso para a atuação policial. Se até meados de 2013, eram poucas as áreas onde policiais tinham acesso restrito no Complexo do Alemão, atualmente, essas áreas de controle do tráfico aumentaram, levando a uma ampliação da área de atuação de traficantes para além de becos e regiões mais pauperizadas das favelas que compõem o Complexo do Alemão.

Seguindo ainda na trilha dos relatos de campo, pude encontrar moradores que descreveram a forma como alguns confrontos armados entre policiais e traficantes ocorrem no interior das favelas. Como já dito anteriormente, esse é um aspecto que caracterizaria “retrocesso” na forma pela qual os moradores percebem a política de pacificação. Se antes da pacificação, havia indicação e sinalização pública de confronto eminente, seja por fogueiros, seja por outros códigos próprios às favelas, desde o segundo semestre de 2013, no entanto, os moradores entrevistados relatam não haver mais qualquer sinalização ou codificação de confronto. Agora elas podem ocorrer a qualquer hora e local da favela e com os policiais não mais ‘invadindo’ a favela, mas com estes já em seu interior.

Tais confrontos armados entre policiais e traficantes já teriam colocado fim à vida de moradores dos mais variados perfis, e também ferido outros tantos, que chegam até mesmo à invalidez permanente por perda de movimentos de membros inferiores ou superiores. Tais confrontos que agora estão sujeitos a acontecer em qualquer horário e local, sem previsibilidade, e que desorganizam a vida social da favela também tem sido determinantes para a perda de legitimidade e aquiescência da polícia, uma vez que os policiais são apontados

pelos moradores como ‘estranhos’, ‘violentos’ e ‘truculentos’, adjetivos também relacionados aos traficantes. Embora muitos moradores também consigam distinguir a atuação de cada policial e reconhecer quais turnos e turmas são mais maleáveis ou mais intolerantes no trato com a população local.

Outro dado a ser explorado é a escolha de comandantes de UPPs. Uma das características desses oficiais é a heterogeneidade de estilos e de visões de policiamento que se refletem para com a sua tropa comandada e também para com os moradores e comerciantes das favelas onde atuam. Nesse sentido, podemos notar a presença de oficiais mais predispostos a um policiamento comunitário, onde se faz importante estabelecer canais de diálogo e de articulação com moradores, e também policiais com perfil operacional que não valorizam ou mesmo sinalizam práticas dialógicas como suas principais apostas.

Essa heterogeneidade de oficiais é, por outro lado, funcional para a polícia e suas estratégias com os comandos das UPPs. Assim, ao não definir claramente uma política geral para as UPPs, a Secretaria de Segurança e as UPPs acabam se tornando reféns dos acontecimentos em cada favela, de tal forma que se em determinada favela é observado maior conflagração e rivalidades violentas entre policiais e traficantes, busca-se para essa favela um policial com perfil operacional que consiga usar estratégias militares para controlar e reprimir a atuação dos traficantes. Em outras palavras, em uma leitura relacional, as trocas de oficiais em comando em uma determinada UPP se dão sabor dos acontecimentos nas favelas que são também por eles, oficiais, estimuladas. Portanto, a heterogeneidade de comandantes acaba por ser funcional para a polícia, fato que também pode ser utilizado pelos traficantes para buscar a troca de oficiais em comando nas UPPs.

Conclusões

Tentar reordenar a vida social das favelas sem ter construído diálogo com moradores e frequentadores de favelas, mas em uso abusivo da força e da autoridade pode ser um dos elementos que comprometam e impeçam a construção da legitimidade e da aquiescência para as UPPs.

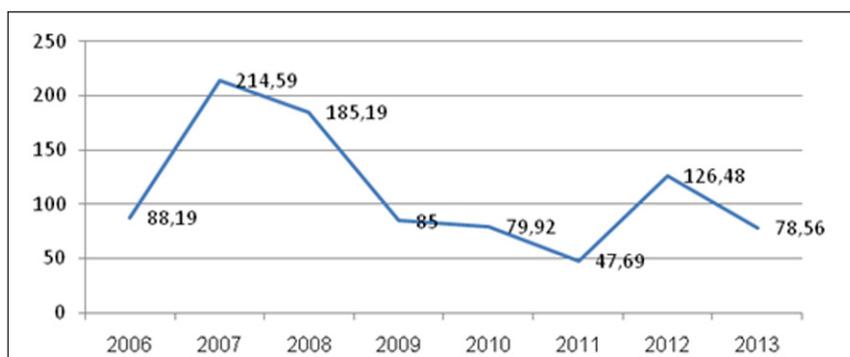
Como já notado por Muniz e Mello (2015, p. 45), uma das dificuldades inerentes à construção da legitimidade policial nas favelas é que as relações entre moradores de favelas e policiais (praças e oficiais) de UPPs são construídas em territórios formados por populações historicamente marcadas por “expedientes de subalternidade”.

A precariedade ou ausência de instituições responsáveis pelas políticas públicas, como saúde, educação, habitação, transportes e outras, também consolida e reforça a imagem de isolamento das instituições de segurança e de repressão policial aos moradores de favelas. Embora o discurso oficial de que as UPPs tenham levado políticas públicas e direitos para as favelas ‘pacificadas’, nota-se que muitas das instituições já estavam presentes por lá, com toda a precariedade e persistência de seus agentes. Da mesma forma, os movimentos sociais já estavam nas favelas antes das UPPs, mas passaram a perceber mais intensamente trocas com grupos, indivíduos e movimentos sociais de outras partes da cidade do Rio, do Brasil e do mundo, sobretudo nos momentos de menor confronto armado entre policiais e traficantes.

Urge pensar que um dos principais legados da UPP, a redução dos homicídios nas suas áreas de atuação pode estar sendo ameaçado por um conjunto intrincado de relações, em especial em favelas como as do Complexo do Alemão, onde já se registra aumento em alguns crimes violentos fatais (Gráfico 1).

Associações e alianças, oposições e disputas são meios importantes para a compreensão da complexa e ampla realidade que orienta a vida social nas favelas atingidas por UPPs. Conflitos que produzem laços sociais, ou, como diria Simmel (1983, p. 46), constituem também formas de sociação, sendo oriundo de elementos dissociativos da vida social.

Gráfico 1 – Homicídio Juvenil Masculino no Complexo do Alemão de 2006 a 2013, por 100.000 habitantes



Fonte: DATASUS/SMSDC.

As UPPs mostram, entre outras questões, a necessidade de repensar a construção da legitimidade e da aquiescência às instituições da ordem pública, bem como a qualquer outro tipo de autoridade em sociedades globalizadas, diversas e atingidas por processos de informalização (WOUTERS, 2012, p. 546).

A reflexão sobre as UPPs significa ainda pensar as relações entre Estado e sociedade, cabe convidar para uma reflexão a partir, novamente, da sociologia figuracional de Norbert Elias. Nessa sociologia, não se ignora a estrutura, mas se entende que as mudanças que nela ocorrem não se dão senão como resultado de processos, definidos pelo autor como sociogênese e psicogênese.

Pela sociogênese são as mudanças na estrutura da sociedade que levam a mudanças no comportamento dos indivíduos; no segundo processo, são as mudanças nas estruturas de comportamento que levam às mudanças na estrutura e nas relações sociais. Mais: na sociologia figuracional, não cabe pensar no Estado, na família, na escola, como instituições separadas, distantes, alheias aos indivíduos, numa estrutura de sociedade pensada no senso comum e em parte da sociologia, definidas segundo o autor como modelo egocêntrico. Aqui as “forças sociais são forças exercidas por pessoas, sobre outras pessoas e sobre elas próprias” (ELIAS, 2008, p. 17) e são elas que perfazem o entendimento das tensões e associações entre moradores de favelas, policiais e lideranças locais.

Entender as transformações causadas pelas UPPs como militarização do espaço popular é negar ou reduzir a complexidade da vida social e das instituições de segurança. Essas transformações ocorridas a partir das UPPs sinalizam também para a possibilidade de entender e aperfeiçoar nossas instituições de segurança, agora expostas ao rico e rigoroso julgamento dos moradores de favelas, a entender também as instituições responsáveis pelas políticas públicas sociais e à compreensão da dinâmica de socialização inerentes à nossa sociedade.

Referências

- ALBERNAZ et alli. Tensões e Desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro: o caso do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais. *São Paulo em Perspectiva*, v. 21, n. 2, p. 39-52, jul./dez. 2007.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- FLEURY, Sonia. Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 14, n. 30, ago. 2012.
- GLEDHILL, John. Segurança humana: uma meta viável? *Cad. CRH*, Salvador, v. 25, n. 66, p. 519-533, Dec. 2012. n. 23, Apr. 2015.
- HARVEY, David. *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

- MACHADO, Luiz Antonio. Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan.-jun. 2004. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922004000100004>>
- MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 19, n. 40, oct. 2011.
- MUNIZ, Jacqueline & MELLO, Katia. Nem tão perto nem tão longe: o dilema da construção da autoridade policial nas UPPs. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 44-65, jan.-mar. 2015.
- SASSEN, Saskia. *Cities in a World Economy*. California: Pine Force Press, 2006.
- SIMMEL, Georg. *Simmel*. Organizado por Evaristo Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- WOUTERS, Cas. Como continuaram os processos civilizadores: rumo a uma informalização dos comportamentos e a uma personalidade de terceira natureza. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 27, n. 3, p. 546-570, set.-dez. 2012. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922012000300006>>
- ZALUAR, Alba. *Integração Perversa: Pobreza e Tráfico de Drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Recebido em: 10/09/2015

Aprovado: 14/11/2015